

SOCIAL



A política de austeridade do Governo Michel Temer e a reforma trabalhista continuam sem conseguir fazer o Brasil crescer e gerar empregos. O alto desemprego, o alto desalento, o crescimento da precarização e da pobreza provam que o Brasil precisa mudar sua política econômica.

A política de austeridade do Governo Michel Temer e a reforma trabalhista continuam sem conseguir fazer o Brasil crescer e gerar empregos. Além do alto desemprego e do aumento do “empreendedorismo”, os brasileiros que ficam desempregados têm desistido cada vez mais cedo de procurar emprego.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), a taxa de desocupação (12,1%) no trimestre de junho a agosto de 2018 caiu (-0,6 ponto percentual) em relação ao trimestre de março a maio de 2018 (12,7%). Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (12,6%), também houve redução (-0,5 p.p.). Apesar da queda, acompanhada também da queda da população desocupada, que chegou a 12,7 milhões no trimestre investigado, a taxa de subutilização segue muito alta: foi de 24,4% no trimestre de junho a agosto de 2018, estável em relação ao trimestre de março a maio de 2018 (24,6%) mas com alta de 0,4 p.p. em relação ao mesmo trimestre móvel de 2017 (24,0%). E a população subutilizada (27,5 milhões) ficou estável frente ao trimestre anterior (27,6 milhões), mas em relação a igual trimestre de 2017 (26,8 milhões), este grupo cresceu 2,8%, um adicional de 756 mil pessoas subutilizadas.

O crescimento da subutilização ao longo dos últimos meses tem ocorrido pela ampliação do de-

salento: as pessoas têm desistido, e cada vez mais rápido, de procurar emprego e entrado no desalento. Segundo a PnadC, o contingente de pessoas desalentadas (4,8 milhões) no trimestre de junho a agosto de 2018 ficou estável em relação ao trimestre anterior, mas, em relação ao mesmo trimestre de 2017 (4,2 milhões), houve alta (13,2%). Ou seja, em um ano, seiscentas mil pessoas entraram no desalento, deixando de contar nas estatísticas de desocupação, e nesse mesmo período quatrocentas mil pessoas deixaram a desocupação. Ou seja, para a redução da desocupação tem sido muito importante a ampliação do desalento, o que não é uma notícia boa para a sociedade brasileira.

Sobre a população ocupada, esta chegou a 92,1 milhões, 1,2 milhão de pessoas a mais em relação ao trimestre móvel anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (91,1 milhões), houve alta de 1,1%. Porém, esse crescimento tem sido puxado, fundamentalmente, pelo crescimento do emprego sem carteira e conta própria, o que na verdade tem sido a tônica do governo Temer.

Percebe-se que essa queda da desocupação se deve a um aumento da precarização (empregos sem carteira e conta própria) e do desalento. Sobre os brasileiros desocupados que desistem de procurar emprego (desalentados), estudo do Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os desalentados no Brasil são, preponderantemente, mulheres, nordestinas, pouco escolarizadas e jovens. Ainda, enquanto no início de 2016 pouco mais de 14% dos que transitavam do desemprego para a inatividade o faziam por conta do desalento, no segundo trimestre de 2018 essa proporção atingiu 22,4%. Esse dado indica que a permanência no desemprego por um período longo está fazendo com que uma parcela cada vez maior dos desocupados desista de procurar emprego.

Para os autores da análise, a queda da desocupação ocorrida nos últimos meses se deve mais à retração da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada: “as maiores quedas da desocupação foram motivadas pela retração da oferta de mão de obra, não pela expansão do emprego”. Também vem crescendo a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No segundo trimestre de 2018, esse percentual foi de 24%, superior ao registrado nos mesmos trimestres de 2017 (22%) e 2016 (20%). Ainda, o principal aumento da população ocupada vem do setor informal. Por outro lado, dados do Caged indicam que em agosto de 2018 houve a criação de 110 mil postos de trabalho e em setembro 137 mil.

E sobre o aumento do “empreendedorismo”, os meios de comunicação têm mostrado um recorde na criação de empreendimentos no primeiro semestre de 2018 (1,2 milhão). No entanto, as análises mostram que esse aumento do empreendedorismo se deve a pequenos empreendimentos montados por trabalhadores que perderam o emprego e não conseguiram nova colocação no mercado de trabalho, ou seja, é um “empreendedorismo” por falta de opção.

Soma-se a esse quadro de precarização as críticas ocorridas durante a campanha eleitoral ao 13º salário e a férias como sendo anomalias que só existem no Brasil, por parte do candidato à vice-presidência, General Mourão. Segundo o general, tais direitos seriam fruto de uma visão social com o chapéu dos outros (no caso, para ele, do empresariado). Nesse momento de crise econômica, alto desemprego e desalento, há uma espécie de autorização tácita para criticar ainda mais os direitos trabalhistas e afirmar que é preciso escolher entre “ter me-

nos direitos e emprego, ou ter todos os direitos e não ter emprego”.

Mas os argumentos em destaque no debate político de ataque aos direitos trabalhistas não são novos. Existem desde antes de se debater a criação de direitos trabalhistas no Brasil. O 13º salário por exemplo é um direito adquirido em 1962. Já a primeira lei de férias no Brasil é de 1925 (quase cem anos e volta a sofrer ataques agora). Como é exemplificado aqui, em 1928, o recém fundado Centro Industrial do Estado de São Paulo (Ciesp) alegava que o cumprimento da lei de férias e do Código de menores rebaixavam excessivamente os lucros das pequenas e médias indústrias. Já a Fiesp alegava, na mesma época, que os operários ficariam “vadios, ociosos, entregues aos vícios” com as férias e que o trabalho manual não seria fatigante por ser mecânico e repetitivo e que as férias “só se justificam aos trabalhadores de comércio e dos escritórios, cujo serviço, de natureza intelectual, leva a mente à exaustão”. Citam ainda a Henry Ford: “Não poderis fazer maior mal a um homem do que permitir que folgue nas horas de trabalho”. Outro relatório, da Diretoria e Conselho Fiscal do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de algodão (1927 e 1928), aponta que as férias seriam um desperdício de dinheiro a ser aplicado no “revigoramento das forças vivas da nação”.

Resultados da política de austeridade

Além da crise no mercado de trabalho, exemplificada pelos dados aqui explicitados, a austeridade fiscal provocou um crescimento da pobreza extrema (miséria). Segundo dados da consultoria Tendências, a partir de 2015, com a implementação da austeridade fiscal, ampliou-se o número de famílias na miséria. São consideradas pelo estudo em situação de extrema pobreza famílias com renda domiciliar per capita abaixo de 85 reais (valores de 2017).

A extrema pobreza cresceu em todo o país de 3,2% em 2014 para 4,8% em 2017, maior patamar em pelo menos sete anos, conforme dados da consultoria. Estados como Bahia, Piauí e Sergipe dobraram ou quase dobraram o número de famílias na miséria. Segundo o estudo, das 27 unidades da federação, 25 tiveram piora da miséria entre 2014 e 2017.

Os dados mostram que insistir nessa mesma política de austeridade não tem surtido efeito positivo para os milhões de brasileiros que dependem da renda de seu trabalho. Para voltar a gerar trabalho, renda e crescimento econômico, é preciso mudar. Em outras palavras, como resposta a uma crise que foi gerada pela austeridade fiscal, alguns sugerem

como solução ampliar a austeridade. É quase como se, para curar uma pessoa de envenenamento, a medicação sugerida fosse tomar mais veneno. O problema é que durante anos repete-se o mantra nos meios de comunicação de que houve um excesso de gastos no Brasil e de que é preciso com urgência cortar gastos.